

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.958 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: BRASSCOM - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ENZO ALFREDO PELEGRINA MEGOZZI</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: DISTRITO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL</b>

**DECISÃO**

*AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDOS  
DE INGRESSO COMO AMICI CURIAE.  
REQUERIMENTOS DEFERIDOS.*

**Relatório**

1. Ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, ajuizada por BRASSCOM – Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Convênio ICMS n. 106, de 29.9.2017, e a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do inc. I do art. 2º da Lei Complementar n. 87, de 13.9.1996 para afastar “qualquer possível interpretação que permita a incidência do ICMS sobre operações de transferência eletrônica de softwares e congêneres”.

2. Confederação Nacional de Serviços – CNS, Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e Confederação Nacional de Municípios –

**ADI 5958 / DF**

CNM requereram o ingresso na presente ação direta de inconstitucionalidade como *amici curiae*.

3. A intervenção do *amicus curiae* objetiva enriquecer o debate constitucional e fornecer informações e dados técnicos relevantes à solução da controvérsia jurídica, observando-se, quanto à sustentação oral, o § 3º do art. 131 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com alteração da Emenda Regimental n. 15/2004.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.130, Relator o Ministro Celso de Mello, assentou-se:

*“A admissão de terceiro, na condição de amicus curiae, no processo objetivo de controle normativo abstrato, qualifica-se como fator de legitimação social das decisões da Suprema Corte, enquanto Tribunal Constitucional, pois viabiliza, em obséquio ao postulado democrático, a abertura do processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade, em ordem a permitir que nele se realize, sempre sob uma perspectiva eminentemente pluralística, a possibilidade de participação formal de entidades e de instituições que efetivamente representem os interesses gerais da coletividade ou que expressem os valores essenciais e relevantes de grupos, classes ou estratos sociais. Em suma: a regra inscrita no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99 - que contém a base normativa legitimadora da intervenção processual do amicus curiae - tem por precípua finalidade pluralizar o debate constitucional” (DJe 2.2.2011).*

Nos termos do § 2º do art. 7º da Lei n. 9.868/1999, “o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades”.

No julgamento da Questão de Ordem na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.187, concluiu-se:

*“É de exigir-se, em ação direta de inconstitucionalidade, a apresentação, pelo proponente, de instrumento de procuração ao*

**ADI 5958 / DF**

*advogado subscritor da inicial, com poderes específicos para atacar a norma impugnada” (Relator o Ministro Octavio Gallotti, Plenário, DJ 12.12.2003).*

**4.** Pelo exposto, reconhecidas a relevância da matéria, a pertinência temática e a representatividade dos postulantes, representados por procuradores habilitados especificamente para essa finalidade, **defiro o ingresso de Confederação Nacional de Serviços – CNS, Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e Confederação Nacional de Municípios – CNM na presente ação direta de inconstitucionalidade como *amici curiae*.**

**À Secretaria Judiciária deste Supremo Tribunal para inclusão dos nomes dos peticionários como *amici curiae* e dos representantes legais e adotar as providências cabíveis.**

**Publique-se.**

Brasília, 25 de fevereiro de 2021.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora